



Relatório de Gestão e Contas

Associação de Beneficência de
Selmes e Alcaria

Exercício de 2017

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nos termos da Lei Associativa, vimos submeter o Relatório e Contas relativo ao Exercício do ano de 2017 da ABSA, esperando obter a sua aprovação.

Este documento tem como principal objetivo, expressar através das diversas ferramentas usadas pela contabilidade a situação económico-financeira da Associação.

A análise que em seguida propomos examinar divide-se nos seguintes pontos:

- I. Análise do Documento Contabilístico Balanço;
- II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados;
- III. Anexo às DF no SNC-ESNL.

Contabilista Certificado

124746586

28853

Renando Silva

Os órgãos de administração:

[Handwritten signatures and stamps of the administrative organs]

Balanço

I. *Análise do Documento Contábilístico Balanço.***Balanço:**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/17	31/dez/16
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	78 927,89	1 011,54
Outros ativos financeiros	11	15 599,03	14 500,00
		94 526,92	15 511,54
Ativo Corrente			
Inventários	7	215,00	0,00
Clientes	15	2 600,00	0,00
Outras contas a receber	15	13 083,34	0,00
Diferimentos	15	18 906,33	0,00
Caixa e depósitos bancários	11	1 741,01	7 559,97
		36 545,68	7 559,97
Total do ativo		131 072,60	23 071,51
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/17	31/dez/16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados	15	12 043,78	-16 247,89
Resultado líquido do período	15	-29 990,57	28 291,67
Total do capital próprio		-17 946,79	12 043,78
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15	93 806,59	556,95
Estado e outros entes públicos	15	5 212,80	470,78
Outras contas a pagar	15	50 000,00	10 000,00
		149 019,39	11 027,73
Total do passivo		149 019,39	11 027,73
Total do capital próprio e do passivo		131 072,60	23 071,51
		0,00	0,00

O estudo de balanços de anos consecutivos concede-nos a possibilidade de avaliar a dinâmica da situação financeira da Associação em diferentes períodos, bem como, ainda a sua evolução.

O Balanço é um documento que reflete a situação económica e financeira num dado momento de tempo. É desta forma um documento estático e somente pela comparação da sua evolução se poderá obter uma ideia dinâmica.

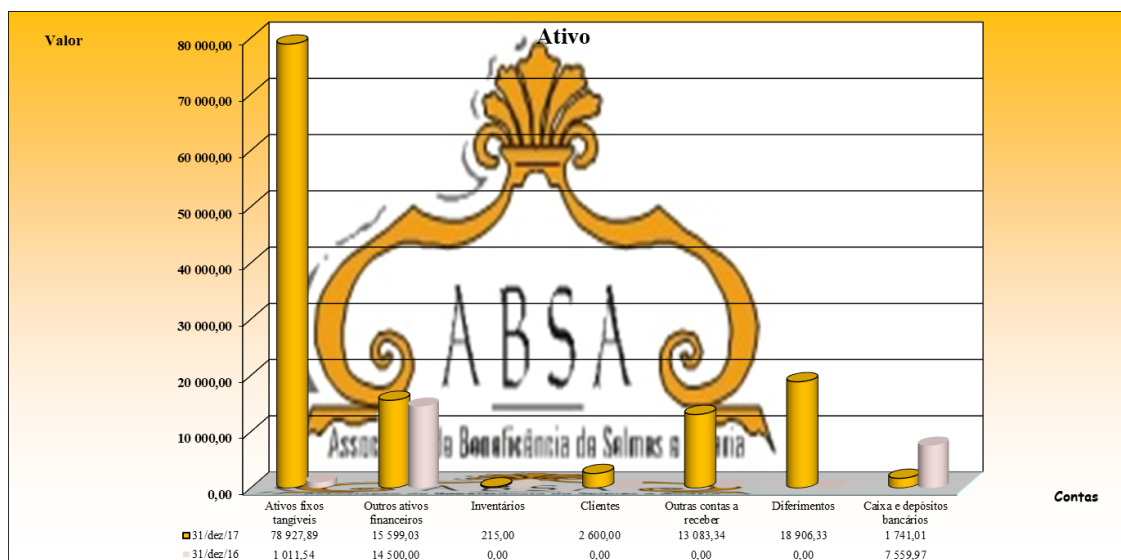
Cada Balanço, em termos formais, é constituído por duas partes: Ativo (consiste nas aplicações de fundos) e Passivo (fundos alheios) e capital próprio (fundos próprios), consistindo ambos em origem de fundos.

O Ativo representa os bens essenciais para o funcionamento da Associação: terrenos, edifícios, equipamentos, despesas de instalação, propriedade industrial, matérias-primas, mercadorias, dívidas de clientes e disponibilidades. No Passivo encontramos as dívidas a fornecedores, os empréstimos bancários, os suprimentos e as dívidas ao Estado. O capital próprio representa os valores do capital social, isto é, a acumulação dos resultados gerados ao longo dos anos e que não foram distribuídos.

Deste modo, dissecando o documento supra apresentado, constatamos um incremento substancial nos resultados do Balanço no decorrer do exercício do ano de 2017 comparativamente ao anterior, apresentando resultados de 131.072,60 € no ano de 2017 e 23.071,51 € no ano de 2016, ocorrendo um aumento de 108.001,09 € no decorrer do exercício de 2017.

Seguidamente procede-se a uma análise mais detalhada para destacar onde ocorreram as alterações:

Gráfico do Ativo:



O Ativo expresso no gráfico supra, divide-se em parte do Ativo Não Corrente formada pelos valores que se encontram imobilizados, ou seja, que não entram no ciclo de exploração servindo apenas para apoiar a atividade da Associação.

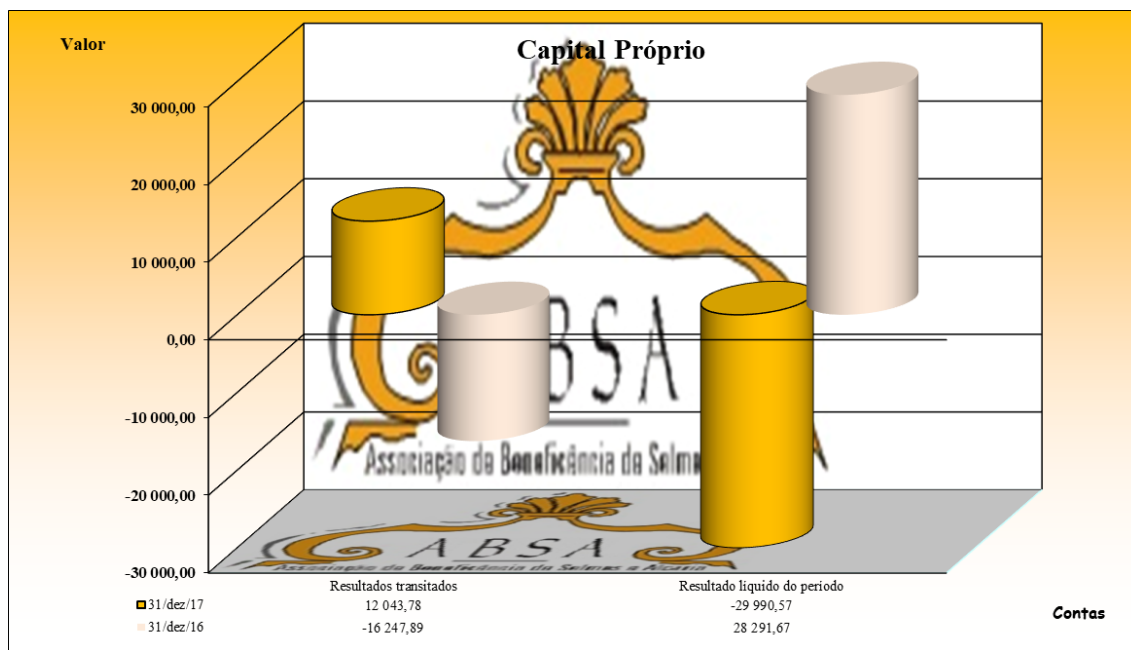
As restantes rubricas sem contar com o Imobilizado, consiste no Ativo Corrente, caracterizado por Ativos que não têm carácter duradouro ou permanente numa Associação. São Ativos de prazo mais curto e de maior liquidez, tais como os depósitos à ordem, os débitos sobre terceiros e as existências.

O Ativo Não Corrente da Associação apresentou um significativo acréscimo em cerca de 79.015,38 €, passando de 15.511,54 € em 2016 para 94.526,92 € no ano de 2017. Para esta situação contribuiu o aumento dos Ativos fixos tangíveis, em consequência do investimento na nova Unidade de Cuidados Continuados, cujo investimento está espelhado na rubrica Investimentos em Curso.

Verificando o património circulante da Associação apresenta um aumento no seu total no valor de 108.001,09 €. Este aumento tem como principais responsáveis as rubricas de Outras contas a receber e Diferimentos, que apresenta uma evolução positiva no seu

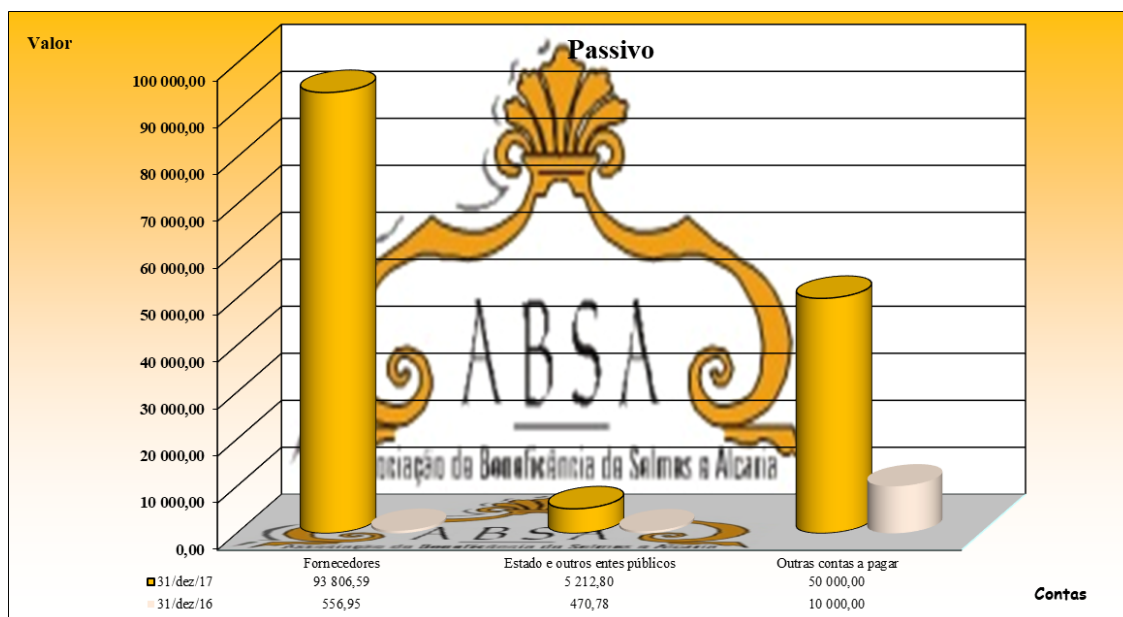
total de 13.083,34 € e 18.906,33 € no final de 2017.

Gráfico do Capital Próprio:



O Capital Próprio consiste no conjunto de recursos financeiros que a Associação tem à sua disponibilidade para utilizar livremente a fim de financiar as suas atividades.

No que concerne ao Capital Próprio constatamos uma diminuição no montante, reflexo do valor dos resultados do exercício do ano de 2017, a diferença constatada entre os dois anos em análise se cifram nos -29.990,57 €, passando assim, o total do Capital Próprio de 12.043,78 € no ano de 2016, para -17.946,79 € no ano de 2017.

Gráfico do Passivo:

O conjunto formado pelas obrigações que uma entidade tem para com terceiros tem a designação de Passivo. O Passivo é tradicionalmente dividido em Exigível de Curto Prazo, no qual constam obrigações que uma entidade tem de solver até um ano a contar da data do Balanço e Exigível de Médio e Longo Prazo, de que fazem parte obrigações que uma entidade tem de solver a mais de um ano a contar da data do balanço.

O Passivo da Associação sofreu um acréscimo no presente exercício, no valor de 137.991,66 €, ou seja, uma passagem dos 11.027,73 € do ano de 2016, para os 149.019,39 € no ano de 2017.

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar obtidos apresentam-se como as principais responsáveis pelo aumento verificado com um crescimento no seu total de 93.806,59 € e 50.000,00 €, respetivamente.

Demonstração de Resultados

II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados.**Demonstração de Resultados:**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31/dez/17	31/dez/16
Vendas e serviços prestados	8	267 675,93	17 252,48
Subsídios à exploração	10	15 500,80	12 206,99
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-6 010,43	-8 505,83
Fornecimentos e serviços externos		-164 722,14	-19 616,70
Gastos com pessoal	12	-198 353,29	-26 044,97
Outros rendimentos e ganhos		59 629,01	55 847,71
Outros gastos e perdas		-654,94	-2 776,59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-26 935,06	28 363,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-2 380,90	-71,42
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-29 315,96	28 291,67
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	6	-674,61	0,00
Resultado antes de impostos		-29 990,57	28 291,67
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado líquido do período		-29 990,57	28 291,67
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

Enquanto a análise do Balanço permite avaliar a situação patrimonial da Associação, num determinado momento do tempo e como resultado das operações realizadas, a Demonstração de Resultados regista e apresenta a informação financeira referente exatamente a esse conjunto de operações.

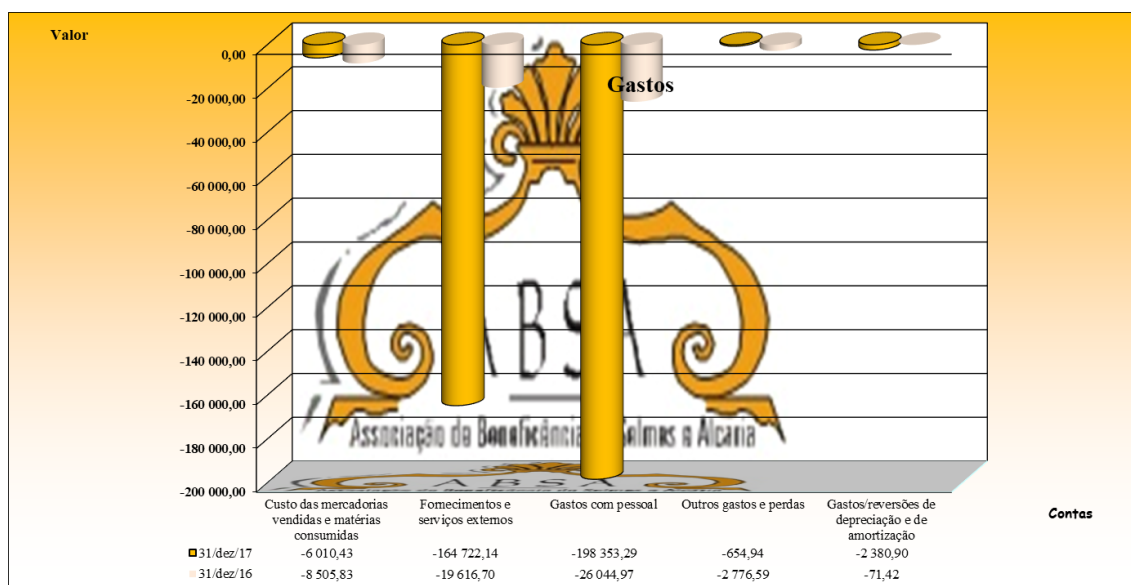
Dado que ao Balanço está associada uma análise estática da realidade da Associação, a Demonstração de Resultados pretende oferecer uma visão mais dinâmica, evidenciando de que modo as operações financeiras decorrentes da atividade regular se transformam em efetivos ganhos.

A lógica de apresentação da Demonstração de Resultados resulta da relação entre dois conceitos: Gastos e Rendimentos. É através da comparação entre os dois que se pode concluir algo acerca da capacidade de criação de lucro por parte da Associação, lucro esse medido pela diferença entre os Rendimentos auferidos e os Gastos suportados ao longo de um determinado período.

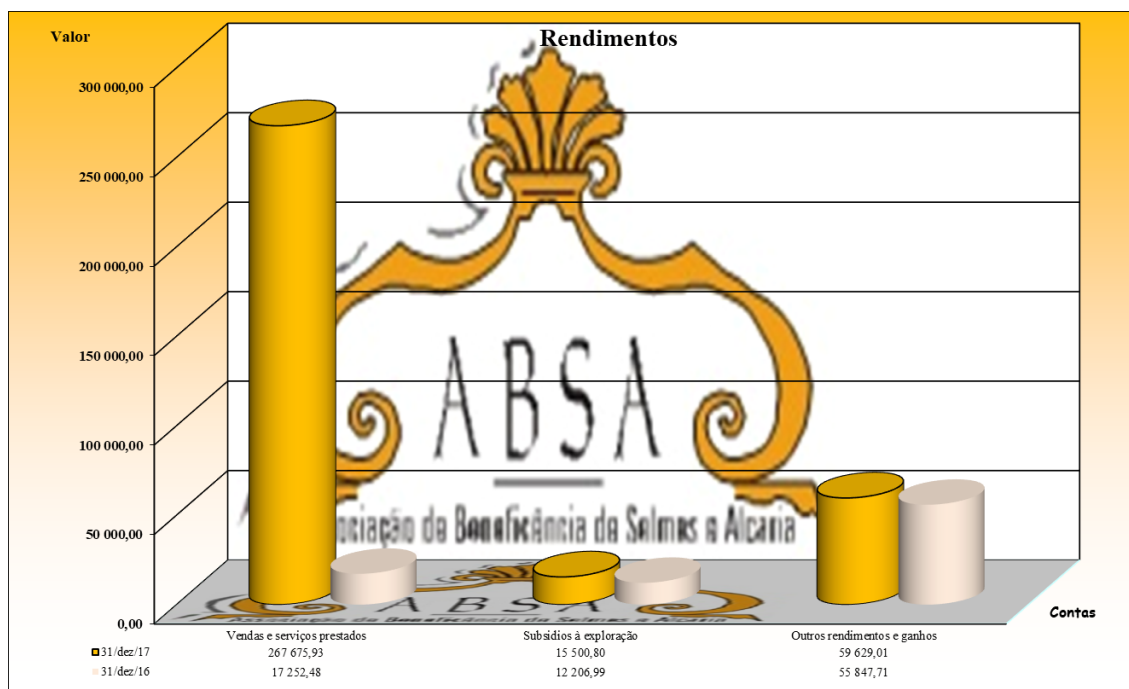
O ponto mais relevante a notar em relação a estes dois conceitos são a diferença que existe entre as noções de Gastos, por um lado, e entre Rendimentos, por outro. Enquanto as noções de Ganhos e Perdas estão diretamente ligadas ao momento em que a Associação procede aos recebimentos e pagamentos decorrentes da sua atividade corrente, o conceito de Gastos e Rendimentos deixa para segundo plano esse momento dando antes relevância ao momento do tempo em que a Associação assume o compromisso de determinado encargo, no caso dos Gastos, ou adquire o direito a um bem ou ativo, no caso dos Rendimentos.

Desta forma, iremos analisar separadamente os dois campos da demonstração para verificarmos as evoluções ocorridas de 2016 para 2017, tendo como base o quadro anterior e os seguintes gráficos.

Gráfico dos Gastos:



No que diz respeito aos Gastos e Perdas, constatamos um aumento no seu total de 315.780,80 €, ou seja, o aumento de 57.015,51 € no ano de 2016 para 372.796,31 € no ano de 2017, contribuindo o aumento da atividade e consequente aumento de todas as rubricas.

Gráfico dos Rendimentos:

No que concerne aos Rendimentos, constatamos uma tendência semelhante aos Gastos, com um aumento de 257.498,56 €, passando dos 85.307,18 € registados em 2016 para os 342.805,74 € em 2017. O aumento verificado consiste principalmente no aumento dos serviços prestados, que no ano 2017 apresenta uma oscilação positiva de 250.423,45 €.

Relativamente aos resultados obtidos, verificamos o valor negativo contrastando com a tendência positiva que a instituição tem vindo a apresentar ao longo dos últimos anos.

Quanto ao Resultado Líquido do Exercício, constata-se um elevado aumento do valor negativo apurado relativamente ao ano de 2016, passando do valor de 28.291,67 € para os -29.990,57 € no presente exercício.

Balancete

Anexo às DF No SNC-ESNL

1. IDENTIFICAÇÃO

A ABSA, criada em 2001, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), cuja missão é prestar apoio social aos idosos numa resposta residencial. É também responsabilidade da ABSA prestar apoio social aos idosos e famílias, através de outras ações, nomeadamente dinamização de atividades lúdicas e de lazer, sobretudo para os sócios e comunidade da freguesia.

Desde março de 2017, a ABSA assegura a gestão de um equipamento social: Lar de Selmes.

O equipamento foi construído pela Câmara Municipal de Vidigueira e cedido para gestão, através de protocolo de colaboração e gestão, a esta IPSS.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2 — *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 são comparáveis as do exercício de 2016.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. (encontram-se totalmente amortizados)

Investimentos Financeiros

Não existem investimentos financeiros.

Inventários

Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efetuar as compras conforme a ementa semanal, não tendo por essa razão grandes quantidades em inventário.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo através da Segurança Social, são provenientes do protocolo existente para as Valências de Lar Internamento e Apoio Domiciliário.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos Utentes

Instrumentos Financeiros***Caixa e depósitos bancários***

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b. Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d. Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a. Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b. Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativo Bruto

	Saldo Inicial 31/12/2016	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2017
Terrenos e Recursos Naturais	114,00	98,36	0,00	0,00	212,36
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	449,90	4 679,45	0,00	0,00	5 129,35
Equipamento de Transporte	0,00	13 665,29	0,00	0,00	13 665,29
Equipamento Administrativo	518,97	0,00	0,00	0,00	518,97
Outros activos fixos tangíveis	0,00	415,74	0,00	0,00	415,74
Investimentos em curso	0,00	61 438,50	0,00	0,00	61 438,50
	1 082,87	80 297,34	0,00	0,00	81 380,21

Depreciações Acumuladas

	Saldo Inicial 31/12/2016	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2017
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	28,19	583,72	0,00	0,00	611,91
Equipamento de Transporte	0,00	1 708,16	0,00	0,00	1 708,16
Equipamento Administrativo	43,23	89,02	0,00	0,00	132,25
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	71,42	2 380,90	0,00	0,00	2 452,32
Valor Líquido	1 011,45				78 927,89

4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:**a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;**

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS**5.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:****a. Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática

segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b. Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Activo Bruto					
	Saldo Inicial 31/12/2016	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00
Depreciações Acumuladas					
	Saldo Inicial 31/12/2016	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00
Valor Líquido	0,00				0,00

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a. Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 - Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a decomposição da rubrica de empréstimos é a seguinte:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CCAM Conta Cauionada	0,00	10 000,00
	0,00	10 000,00

7. INVENTÁRIOS

7.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

7.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Rubrica	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-Primas	215,00	0,00
Total dos Inventários	215,00	0,00

Movimentos	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Inventário Inicial	0,00	0,00
Compras	6 225,43	8 505,83
Regularizações de inventários	0,00	0,00
Inventário Final	215,00	0,00
Gastos do período	6 010,43	8 505,83

8. RÉDITO

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo

8.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Rubrica	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Vendas		
Bar	8 849,12	10 610,53
Receita Maratona Caracol	0,00	1 930,00
Prestação Serviços		
Quotas	1 484,00	1 708,00
Cedência de Transporte	149,95	87,00
Serviço de Lavandaria	857,95	420,00
Mensalidade Utentes Lar	250 420,00	0,00
Fornecimento de Fraldas	4 842,31	0,00
Exames Médicos	39,10	0,00
Serviços de Cabeleireiro	369,00	0,00
Serviços de Refeições	664,50	0,00
Outros eventos	0,00	2 496,95
	<u>267 675,93</u>	<u>17 252,48</u>

O valor 267.675,93 €, inscrito nas rubricas Vendas e Prestação de Serviços, foi efetuado para entidades do mercado interno na sua globalidade.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1 — Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Sem movimento

9.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Sem movimento.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10.1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Sem movimento

10.2 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

10.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social (protocolos)

Rubrica	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Acordos Segurança Social		
ERPI	0,00	0,00
Outros		
IEFP	15 500,80	12 206,99
Outras entidades	0,00	0,00
	15 500,80	12 206,99
Imposto Corrente	499,63	659,86
	499,63	659,86

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

11.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- Outros créditos;
- Fundos subscritos e não realizados;
- Diferimentos.

Não se verificam situações desta natureza

11.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual

seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

11.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

11.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outras passivos correntes/pessoal

Sem movimento

11.4.2. Financiamentos obtidos

Sem movimento

11.4.3. Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros consistem nas participações para o Fundo de Compensação do Trabalho e a participação no capital da Cooperativa Vitigeria.

Rubrica	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Fundo Compensação do Trabalho	1 099,03	0,00
Vitigeria, CRL	14 500,00	14 500,00
	<u>15 599,03</u>	<u>14 500,00</u>

11.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Caixa	680,66	323,69
Depósitos à Ordem	1 060,35	7 236,28
Outros Depósitos Bancários	0,00	0,00
	<u>1 741,01</u>	<u>7 559,97</u>

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período foi de 26.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubrica	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Acordos Segurança Social		
Remuneração do Pessoal	164 319,01	18 987,78
Encargos Sobre Remunerações	28 252,83	547,05
Seguros	2 308,25	787,41
Outros Gastos com Pessoal	3 473,20	5 722,73
	<u>198 353,29</u>	<u>26 044,97</u>

12.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

12.3 — Membros dos órgãos de direção

Remunerações dos órgãos de direção

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1 -As presentes Demonstrações Financeiras serão emitidas para aprovação pela Direção e pela Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal da Associação.

13.2 -Até à data referida no ponto anterior, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

14.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 a decomposição da rubrica de clientes é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Clientes e Contas Correntes	2 600,00	0,00
	<u>2 600,00</u>	<u>0,00</u>

15.2 - Estado e Outros Entes Públicos e Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos e Outros Devedores Diversos é a seguinte:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Retenção na Fonte - SS	0,00	0,00
- IVA - Reembolsos pedidos	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Outras Contas a Receber		
- Pessoal	13 083,34	0,00
Diferimentos:		
- Seguros a Reconhecer	18 906,33	0,00
	<u>31 989,67</u>	<u>0,00</u>

15.3 - Capital Próprio

De acordo com o disposto nos Estatutos da Associação e no Código das Sociedades Comerciais, a Associação é obrigada a transferir para a rubrica de Resultados Transitados, o valor apurado no Resultado Líquido apurado em cada período.

Movimento na rubrica de "Capital Próprio" no período de 2017:

Rubrica	Saldo Inicial 31/12/2016	Aumentos	Redução	Saldo Final 31/12/2017
Resultados Transitados	-16 247,89	28 291,67	0,00	12 043,78
Outras variações no capital próprio	0,00	0,00		0,00
Resultado Líquido do Período	12 043,78	-29 990,57	12 043,78	-29 990,57
	<u>-4 204,11</u>	<u>-1 698,90</u>	<u>12 043,78</u>	<u>-17 946,79</u>

15.4 - Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2017 a decomposição da rubrica de Fornecedores e Outras Dívidas de Terceiros é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Fornecedores:		
- Fornecedores conta corrente	93 806,59	556,95
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Retenções de Imposto sobre o rendimento efectuadas a terceiros	394,22	0,00
- Segurança Social a pagar	4 818,58	470,78
	<u>5 212,80</u>	<u>470,78</u>
Outras Contas a Pagar:		
- Devedores por Acréscimo	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>99 019,39</u>	<u>1 027,73</u>

Nota:

As NCRF que não constam deste relatório não se aplicam à atividade da Associação, durante o presente exercício.

Mapa de Recebimentos e Pagamentos			
Recebimentos		Pagamentos	
1 - Recebimentos actividade		1 - Funcionamento	
Jóias e Quotas	1 484,00 €	Pessoal	196 045,04 €
Actividades	257 342,81 €	Seguros	2 889,87 €
Doações	57 241,03 €	Rendas	- €
Subsídios	15 500,80 €	Manutenção	2 423,20 €
Outros	2 387,98 €	Água, Electricidade e Gás	771,09 €
		Representação e Deslocações	735,81 €
		Comunicações	374,20 €
		Material de Escritório	1 918,22 €
		Higiene, Segurança e Conforto	39 641,10 €
2 - Recebimentos Comerciais		Despesas Especificas das Actividades	74 799,78 €
	8 849,12 €	Outras	9 098,25 €
3 - Recebimentos Capitais			
		2 - Investimento	
4 - Recebimentos Prediais		Aquisição de Equipamentos	19 928,14 €
	- €	Aquisição ou construção de instalações	0
		Outras	
Total	342 805,74 €	Total	348 624,70 €
Saldo do ano anterior			7 559,97 €
Receitas			342 805,74 €
Despesas			348 624,70 €
Saldo para o ano seguinte			1 741,01 €

Património fixo

Mapa do Património Fixo - Ano N	
Património	Valor
Descrição	
Terrenos e recursos naturais	114,00 €
Equipamento básico	449,99 €
Equipamento administrativo	518,97 €
Sub Total	1 082,96 €
Ano corrente	
Terrenos e recursos naturais	98,36 €
Equipamento básico	5 748,75 €
Equipamento de transporte	13 665,29 €
Outros ativos fixos tangíveis	415,74 €
Sub Total	19 928,14 €
Total	21 011,10 €